



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17993 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA E A FAMÍLIA: A PRODUÇÃO ACADÊMICA VEM ABORDANDO ESSA TEMÁTICA?**

Arlindo Caitano da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA E A FAMÍLIA: A PRODUÇÃO ACADÊMICA VEM ABORDANDO ESSA TEMÁTICA?**

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe pesquisa de mestrado, em elaboração, vinculado ao PPGEd/UFCG, que se propõe a refletir sobre a compreensão dos pais ou responsáveis de estudantes de escolas públicas acerca das avaliações externas em larga escala <sup>[1]</sup> implantadas no país nas três últimas décadas. A pesquisa se orienta pelo seguinte problema: Qual compreensão os pais/responsáveis de estudantes de escolas municipais de ensino fundamental de Orobó/PE possuem acerca das avaliações externas em larga escala vinculadas ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ao Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe), suas finalidades, expectativas e contribuições para a aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos. Tais iniciativas vêm ocupando centralidade nas políticas educacionais em todo país, desde a década de 1990, em um momento “profundamente marcado pelas reformas do Estado nas políticas públicas, entre elas, a de educação – como o momento em que as avaliações externas começaram a ser propostas como um mecanismo de controle e de regulação estatal.” (Silva; Silva, 2023, p. 6), desse modo, podem existir diversas compreensões dos pais sobre as avaliações externas em larga escala, considerando que alguns pais/responsáveis podem entender as avaliações externas como ferramentas para acompanhar a qualidade da educação ou compreender que não aferem a qualidade da educação. Outros podem ter uma compreensão bem limitada de tais iniciativas ou até mesmo desconhecer

totalmente essas iniciativas.

Para possibilitar a aproximação com o tema proposto, foi realizado um levantamento de produções acadêmicas visando a “identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (Galvão; Pereira, 2014, p. 1) de trabalhos que tratam da relação entre família e escola, buscando conhecer como o tema vem sendo abordado, as temáticas, sujeitos, as metodologias e instrumentos mais recorrentes nestes estudos, além de identificar os trabalhos que versam sobre o envolvimento, ou não, dos pais de estudantes da educação básica nas iniciativas de avaliação externa em larga no país.

A revisão bibliográfica consiste em uma técnica “que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. [...] Com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.” (Fonseca, 2002, p. 32). Nessa perspectiva, foi desenvolvida uma revisão sistemática, que difere da revisão tradicional, “uma vez que busca superar possíveis vieses em todas as etapas, seguindo um método rigoroso de busca e seleção de pesquisas; avaliação da relevância e validade das pesquisas encontradas; coleta, síntese e interpretação dos dados oriundos das pesquisas” (Galvão; Sawada; Trevizan, 2004, p.550).

O levantamento bibliográfico exploratório foi realizado no *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* no período de abril a setembro de 2023, considerando o recorde temporal de 2007 a 2023. A delimitação do recorte temporal considerou como marco inicial o ano de 2007, em que ocorreu a publicação do Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criando o Ideb, e determinando o artigo 2º, inciso XXV a integração da família nas ações de monitoramento dos resultados educacionais, ao tratar das diretrizes a serem consideradas pelos governos subnacionais na adesão ao Compromisso. O levantamento compreendeu até 2023, por se tratar do ano de ingresso do pesquisador no PPGEd/UFCG. A preferência pelo repositórios justifica-se pela diversidade de produções científicas brasileiras depositadas na plataforma.

Este estudo apresenta a parte introdutória, apontando a temática, objetivos, problema, hipótese e percurso teórico metodológico, indicando como instrumento de coleta de dados a revisão bibliográfica. Em seguida, esclarece como a família é mencionada em documentos oficiais da área da política educacional, evidenciando a necessidade da revisão bibliográfica sobre os estudos que versam à relação família e escola, analisando a existência de pesquisas que tratem da participação da família nas políticas de avaliação externa na educação básica no país. Por fim, as conclusões finais.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Como parte das reformas do Estado nas políticas públicas, as definições referentes à família e sua participação na garantia e no acompanhamento da efetivação do direito à educação de seus filhos no Brasil, vêm sendo mencionadas nas políticas educacionais desde a Constituição Federal (CF) de 1988, em seguida na Lei n.º 8.069/1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). A CF/1988, em seu artigo 205, define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988). Dessa forma, os pais, também como responsáveis pela efetivação do direito à educação, devem conhecer as políticas educacionais que afetam diretamente os processos de formação de seus filhos. Nessa perspectiva, Resende e Silva (2016, p. 36) afirmam que esse artigo da Constituição, “de alguma forma remete a essa relação [família e escola], na medida em que aponta a educação como responsabilidade comum do Estado e da família.

A CF (1988) trata do dever na garantia do direito à educação do “Estado e da Família”, na LDBEN (1996) essa ordem é invertida, definindo, em seu artigo 2º, que a educação é dever da “Família e do Estado” (Brasil, 2013). De acordo com Saviani (1997, p. 202), a alteração na ordem dos termos “Estado” e “família” constante do texto constitucional pode estar relacionada ao debate que ocorreu durante a elaboração da LDBEN (1996). Nesse contexto, os defensores da escola pública e da escola particular, incluindo a Igreja Católica, sustentavam a primazia da família em questões educacionais, colocando o Estado em uma posição subsidiária. O autor também observa que essa primazia da família é uma posição defendida por teóricos do neoliberalismo<sup>[2]</sup>.

O ECA (1990) artigo 53º, Parágrafo único, assegura que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” A LDBEN (1996), também, determina aos estabelecimentos de ensino a atribuição de informar os pais/responsáveis sobre “a execução da proposta pedagógica da escola” (Brasil, 1996, art. 12), sendo a avaliação externa parte dessa proposta, pois impacta nos processos de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas, nos conteúdos a serem ensinados, nas formas de atuação da gestão e na autonomia do docente que é corrompida por uma perspectiva do foco no alcance de bons resultados, assim enfatiza Albino (2020, p. 1390) “enquanto os formuladores das políticas educacionais estiverem restritos a “fazer” esse trabalho, numa perspectiva de clausura racional com vistas ao alcance de estatísticas, estará se reduzindo a complexidade da prática

educativa”.

À luz das informações apresentadas, o levantamento bibliográfico exploratório partiu da necessidade de aprofundamento do tema. Os trabalhos catalogados na *SciELO* contemplaram os seguintes descritores: relação entre família, país ou responsáveis, e a escola; família, país ou responsáveis e escola; família, país ou responsáveis e avaliação externa; família, país ou responsáveis e Sistema de Avaliação da Educação ou Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) através dos operados booleanos *AND* e *NOT*, colaborando na delimitação da busca combinando os termos da pesquisa.

Os artigos foram selecionados preliminarmente pelo título. Em seguida, foi feita a leitura e análise do resumo e das palavras-chave, com o intuito de conhecer se adequava aos objetivos e dimensões definidos na pesquisa. Neste processo, constatou-se a escassez de pesquisas voltadas à temática da relação entre família e escola, visto que, considerando o volume da produção das áreas selecionadas, foram identificados, inicialmente, apenas 31 trabalhos que abordavam diversas temáticas relacionadas.

Quadro 1. Temáticas abordadas nos artigos selecionados que abordam a participação dos pais na educação dos filhos e quantitativo:

<b>Temáticas</b>		<b>Qtd.</b>
1.	Acompanhamento do desenvolvimento das crianças pelos pais	15
2.	Relação escola - família de estudantes da educação especial/inclusiva	7
3.	Trajetórias sociais, família, escolaridade e trabalho	4
4.	Relação Família-Escola: Levantamento da Literatura	3
5.	Definições legais sobre os pais na escola	1
6.	Avaliação externa da educação básica	1
TOTAL		31

Fonte: *SciELO* (2024). Elaborado pelo autor.

Dos 31 artigos identificados, 17 (54,83%) foram selecionados por apresentarem abordagem teórica ou empírica relevante para o presente estudo. Os 17 artigos foram publicados em 10 periódicos, organizados no quadro 2, conforme a área de conhecimento e o ano de sua publicação.

Quadro 2. Áreas do conhecimento com maior número de artigos selecionados que abordam a participação dos pais na educação dos filhos e quantitativo

Áreas	Periódico	N.º
Educação	Revista Brasileira de Educação Especial	3
	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	3
	Educação & Realidade	1
	Educar em Revista	1
	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	1
Psicologia	Psicologia Escolar e Educacional	3
	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	2
	Estudos de Psicologia	1
	Psicologia: Ciên. e Profissão	1
Sociologia	Sociol. Antropol.	1

Fonte: *SciELO* (2024). Elaborado pelo autor.

Conforme consta no quadro 2, a área da Educação publicou o maior número de artigos sobre o tema, com nove textos (52,94%), seguida da área da Psicologia com sete publicações (41,17%).

Os artigos selecionados tratam, prioritariamente, de seis temáticas, identificadas no quadro a seguir:.

Quadro 3. Temáticas abordadas nos artigos selecionados

	Temáticas	N.º	%
1.	Relação entre escola e família de estudantes da educação especial/inclusiva	7	41,17
2.	Acompanhamento do desenvolvimento escolar das crianças pelos pais	5	29,41
3.	Trajetórias sociais	2	11,76
4.	Relação entre família e Escola: levantamento da Literatura	1	5,88
5.	Definições legais sobre os pais na escola	1	5,88
6.	Avaliação externa da educação básica e família	1	5,88
	Total	17	100

Fonte: *SciELO* (2024). Elaborado pelo autor.

Destacam-se, as pesquisas que abordam a relação entre a escola e as famílias de estudantes da educação especial/inclusiva (41,17%) e em estudos que analisam o acompanhamento do desenvolvimento escolar das crianças pelos pais (29,41%), apontando a influência da relação entre a família e escola para o sucesso escolar dos estudantes. Entre os estudos, constam o tema de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de mães com deficiência e sua relação com a escola de seus filhos.

Apenas a pesquisa intitulada: Avaliação por diferentes olhares: fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco, realizada por Cardelli e Elliot (2012), aborda a avaliação externa da educação básica associando à família, analisando as relações estabelecidas entre a comunidade escolar e os fatores que permitem que uma escola de ensino fundamental inserida em área de risco de uma escola pública do Rio de Janeiro apresente bom desempenho dos alunos nas

avaliações nacionais e estaduais. Como resultado, indica que um dos fatores do bom desempenho dessa unidade escolar está associado à participação da família e da comunidade na vida escolar dos filhos.

No que se refere à metodologia adotada, os textos privilegiaram o uso de pesquisas de tipo etnográfico, destacando-se o uso da pesquisa ação e da pesquisa participante. Os estudos utilizaram como principais instrumentos de coleta de dados: a aplicação de questionários e a realização de entrevistas, aplicados aos seguintes sujeitos: professores; pais/mães/responsáveis pelos alunos, mães com deficiência; alunos, alunos da educação especial e inclusiva; funcionários da escola; e membros da gestão escolar.

O quadro 4. apresenta os instrumentos de coleta de dados usados nos artigos em análise. Uma pesquisa pode ter utilizado mais de um instrumento para o seu desenvolvimento.

Quadro 4. Instrumentos de coleta de dados utilizados nos estudos catalogados na SciELO:

<b>Instrumentos</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Entrevistas	14	82,35
Questionários	11	64,70
Grupos focais	3	17,64
Observação	2	11,76
Pesquisa documental	2	11,76
Realização de etnografias	1	5,88

Fonte: SciELO (2024). Elaborado pelo autor.

A ausência de estudo que relacione família e escola, também foi percebida por Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100), que afirmaram a existência de um “baixo desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas à intersecção que se estabelece cotidianamente entre a família e a escola” revelado pela “ausência de publicações suficientemente atuais nesta temática.” Considerando esta lacuna, este trabalho se propõe a analisar e contribuir para a ampliação da produção acadêmica sobre a temática.

Diante da escassez de pesquisas voltadas à temática, é necessário a ampliação e maior aprofundamento dos estudos que envolvam a participação da família nas questões relacionadas à educação de seus filhos, considerando suas percepções e opiniões, entendendo sua importância para a garantia do direito à educação. Para esse aprofundamento, analisamos os autores com maior número de pesquisas na área, permitindo apreender suas percepções sobre a temática.

Quadro 5. Autores com maior número de publicações sobre a temática participação dos pais na educação dos filhos:

AUTOR/INSTITUIÇÃO	ANO	REVISTA	Q.
1. Tânia de Freitas Resende - UFMG, Faculdade de Educação	2016	Ensaio: aval. pol. públ. Educ.	04
	2018	Educação & Realidade	
	2015	Revista Brasileira de Educação	
	2017	Pro-prosições	
2. Adriana Wagner - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2009	Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)	02
	2013	Ensaio: aval. pol. públ. Educ.	
3. Claudio Marques Martins Nogueira - Departamento de Ciências Aplicadas a Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais	2017	Pro.prosições	02
	2015	Revista Brasileira de Educação	
4. Vera Lucia Messias Fialho Capellini - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filh	2019	Psicologia Escolar e Educacional	02
	2020	Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru	

Fonte: SciELO (2024). Elaborado pelo autor.

A ausência de pesquisa que tratem da compreensão dos pais/responsáveis de estudantes sobre as avaliações externas, tema dessa pesquisa, nos permite afirmar que é uma área de estudo que necessita ser explorada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em andamento e já revela alguns resultados preliminares. Esses resultados indicam que os estudos sobre políticas de avaliação externa em larga escala não estão correlacionados à compreensão dos pais e responsáveis pelos estudantes. Isso revela um campo de estudo que demanda uma exploração mais aprofundada, especialmente considerando que as avaliações externas são reconhecidas pela comunidade científica como parte das políticas educacionais de grande impacto. Tais avaliações influenciam aspectos cruciais, como o financiamento educacional, a rotina escolar e a saúde emocional de estudantes, professores e gestores. Além disso, elas podem induzir processos de privatização e de responsabilização dos profissionais da educação pelos baixos resultados das escolas (Adrião, 2018, p. 20), o que interfere significativamente na formação de indivíduos críticos e intelectuais, que é o principal objetivo da educação pública.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: **caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais**. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- AHLERT, Alveri. **O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990**. Horizonte, BH, v. 4, n. 7, p. 125-140, dez. 2005.
- ALBINO, Ângela Cristina Alves. Autonomia curricular na voz docente: **significações políticas**. Revista e-Currículo, SP, v. 18, n. 3, p. 1381-1402, jul./set. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 25 de abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARDELLI, Douglas Teixeira; ELLIOT, Ligia Gomes. Avaliação por diferentes olhares: **fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco**. Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação, RJ, v. 20, n. 77, p. 769-798, out./dez. 2012.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: **recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem**. Rev Latino-am Enfermagem. maio-junho; 12(3):549-56, 2004.

GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, p. 183-184, mar. 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

LAVAL, C. **Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação**. [Entrevista cedida a] Maria Vieira da Silva. Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 522-529, maio/ago. 2022.

OLIVEIRA, C. B. E., MARINHO-ARAÚJO, C. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia, Campinas, 27, 99-108. 2010.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. **A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014)**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. 2016.

SANTOS, Sâmia Maria Lima dos. **Desdobramentos do prêmio escola nota dez na organização e na gestão de uma escola municipal do Crato/CE**. (Dissertação de Mestrado) PPGEd/UFCG, 166f. Campina Grande, PB, 2022.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: **trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Edva Emanuelle Gomes; SILVA, Givanildo. **Avaliações externas e accountability como políticas de regulação da educação**. Dialogia, SP, n.45, p. 1-13, e23155, maio /ago. 2023.

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: **um diálogo necessário**. Psicol. educ., SP, n. 48, p. 13-23, jun. 2019.

---

[1] De acordo com Sousa e Ferreira (2019, p. 20), “A avaliação externa em larga escala tem objetivos mais amplos e atingem a uma população mais extensa que a avaliação de aprendizagem em sala de aula.” .

[2] Segundo Laval (2022, p. 525), o “neoliberalismo não apenas triunfa por toda a parte,

mas está também profundamente enraizado no corpo social e nas subjetividades contemporâneas [...] O neoliberalismo não nega o papel do Estado, muito pelo contrário. Ele lhe concede a função central de assegurar as condições jurídicas, políticas e culturais do livre mercado, mas também, ainda, de criar todas as condições institucionais e subjetivas para que toda a sociedade se adapte e se conforme à lógica da concorrência. Em outras palavras, o Estado neoliberal atua de modo a fazer da lógica capitalista a lógica geral da vida humana.